

ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h06, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Ordem do Dia

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Discute a Moção n. 0049/2012.

### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se aos cortes dos recursos para a segurança pública, para outros serviços essenciais e para todas as secretarias do governo do estado.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a presença no plenário do professor Gilmar de Almeida Gomes, da Udesc de Pinhalzinho.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Manifesta-se a respeito da conferência da ONU sobre os direitos da mulher.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se à agregação de valor das pequenas agroindústrias familiares.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dirceu Dresch.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Defende os fumicultores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos e outros, que revoga o parágrafo único do art. 70 da Constituição do Estado de Santa Catarina (licença do governador e vice-governador do estado).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	Abst.
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim

DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim" e uma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0010/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira e outros, que acrescenta o § 3º e 4º ao art. 107 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Polícia Militar).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados no painel eletrônico.

Temos um voto "não" e 29 votos "sim". Aceito o voto do deputado Aldo Schneider fora do painel eletrônico.

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0153/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que altera a alínea "b" do inciso III do art. 19, da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0243/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera dispositivos 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que a votação das redações finais dos projetos aprovados ficará para amanhã.

Passo a Presidência para o deputado Nilson Gonçalves que concluirá a segunda etapa da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0368/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio; 0369/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0370/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0371/2012 e 0372/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0373/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0374/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0375/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal e 0376/2012 de autoria do deputado Ismael dos Santos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0785/2012 e 0786/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Pergunto ao deputado Aldo Schneider se permite que a deputada Ana Paula Lima coassine o seu requerimento.

(O deputado aquiesce.)

O deputado autoriza, sra. deputada Ana Paula Lima.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0787/2012, de autoria do deputado Ciro Roza; 0788/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0789/2012, 0790/2012, 0791/2012, 0793/2012, 0794/2012, 0795/2012, 0796/2012, 0797/2012, 0798/2012, 0799/2012, 0800/2012 e 0801/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0802/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0803/2012, 0804/2012 e 0805/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0806/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0807/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0808/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0809/2012, 0810/2012, 0811/2012, 0812/2012, 0813/2012, 0814/2012 e 0815/2012, de autoria do deputado Reno Caramori.

Requerimento n. 0784/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita aos gerentes das operadoras da TIM, Oi, Claro e Vivo, a

instalação de torre de telefonia móvel no distrito de Rio Novo, município de Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0048/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao presidente do Senado, da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela aprovação em regime de urgência do projeto de lei que concede isenção do IPI incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitadas e dedicadas exclusivamente ao transporte escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0049/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada a presidente da República e ao ministro da Agricultura, solicitando a imediata edição de decreto regulamentador para a efetiva implantação e vigência do Cadastro Ambiental Rural.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, essa moção, e gostaria de chamar a atenção dos nossos colegas deputados e deputadas,

é porque aprovamos o Código Florestal e até agora não foi regulamentada a questão da reserva legal. E muitos dos agricultores estão sendo impedidos de tomar financiamentos, de transferir propriedades, porque o governo federal não regulamenta a lei que dá direito, que cria o cadastro ambiental rural. Por isso, impede de trabalhar com esse cadastro em Santa Catarina. Nenhum agricultor está impedido de tomar financiamento bancário ou está impedido de transferir suas terras, mas precisa ter um caminho para fazer a averbação da reserva legal, para cumprir a lei, porque os órgãos ambientais em nível nacional não regulamentaram a lei que foi criada. E não dá mais para esperar.

Essa questão do Código já foi longe, está prejudicando a sociedade catarinense, a sociedade brasileira, e essa moção tem o objetivo de pedir o apoio aos srs. deputados para ser corrigida uma distorção do Código Ambiental brasileiro, regulamentando o cadastro ambiental rural, permitindo assim que os agricultores e o sistema financeiro possam fazer as operações de custeio e investimento rural, presidente.

Era isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -  
Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0050/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao governador do estado manifestando apoio à manutenção e à forma do convênio firmado com a Fundação Catarinense de Educação Especial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, povo que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, quero continuar o debate que eu estava fazendo no horário reservado aos Partidos Políticos, porque com cinco minutos não tive tempo de fazer uma abordagem relativamente contemplativa da gravidade da situação.

Eu falava nos cortes dos recursos para a segurança pública como o corte de recursos para outros serviços essenciais para todas as secretarias do governo do estado. Aliás, também acho e teria diversas sugestões de locais, estruturas, onde seria possível se cortar recursos, a citar as 36 secretarias regionais. Se diminuir 20, deixando apenas 16, ainda assim não se precisa andar nem 100 quilômetros para chegar na primeira.

Dezesseis secretarias de Desenvolvimento Regional e ninguém precisa se deslocar mais do que 100km para chegar na primeira. Aliás, na grande maioria dos casos não chega a 100 quilômetros de distância até a primeira secretaria regional, se deixarmos 16. Portanto, dá para cortar 20, para todos terem a oportunidade de ir de bicicleta até a secretaria de Desenvolvimento Regional. Mas temos 36, uma a cada 30 quilômetros. Tem SDR acavalada à SDR.

Outro lugar que o governo pode economizar, e permitam entrar numa questão talvez nevrálgica, é no Fundo Social, que, aliás, de Fundo Social não tem quase nada. O nome desse fundo deveria ser fundo eleitoral, porque serve para pavimentar candidaturas em diversos níveis, através de subvenção social.

Até 5% da receita do governo do estado que deveriam entrar na conta única, para serem aplicados em educação, saúde, segurança, assistência para os agricultores, assistência social, não vai para a conta única do governo do estado e sim para outra conta, que é o fundo eleitoral, aliás, digo, Fundo Social.

O governador em pessoa com a sua equipe de governo e o seu estafe de apoio é que decide aonde vai aplicar todo o recurso do Fundo Social, e são milhões ou bilhões de reais do Fundo Social.

Então, eu citei dois exemplos, as SDRs e o Fundo Social, que servem para fazer obra para agradar prefeito, servem para subvenção social, ajudar causas legítimas e outras, permitam-me dizer, nem tanto. Mas o governo do estado não tem dinheiro para realizar o curso de cabo cujo edital já estava lançado, cuja seleção já havia sido feita. E pelo andar da carruagem, o governo do estado vai parar de fazer concurso para contratar servidores para a área da Segurança Pública. E nós estávamos, como já falei anteriormente, inclusive elogiando o governo pela sua atitude na área da Segurança, avaliando que nesse caminho, a prosseguir esse caminho por mais dez anos, dez anos, sim, não existe milagre em segurança pública, não dá para resolver o problema daqui para o ano que vem, e muito menos daqui para o mês que vem ou para a semana que vem.

Para fortalecer a Segurança Pública, a estrutura da Segurança Pública, com um projeto de estado para a segurança da sociedade, precisamos pensar num período mínimo de dez anos. E mantida a posição, a política incrementada pelo governo Raimundo Colombo no ano passado e neste ano de contratação de efetivo, de criar possibilidade de mobilidade funcional dentro da carreira, de valorização efetiva do efetivo, política, que, repito, eu vinha elogiando continuamente nesta tribuna e em outros lugares do estado, tem que continuar essa política por dez anos. Continuando por dez anos, teríamos daqui a dez anos a situação de estabilidade na Segurança Pública catarinense que tínhamos na década de 80. Por que por dez

anos? Porque por cinco anos ainda vamos ter uma quantidade grande de servidores da Segurança Pública que irão se aposentar, que irão para a reserva. Somos todos nós que entramos na década de 1980, portanto, nesta década todos nós vamos para a reserva, inclusive de forma compulsória, todos nós vamos para a reserva ou seremos aposentados.

Depois, na década de 90 até o ano 2002, não entrou praticamente ninguém na Polícia Militar, na Polícia Civil e nos Bombeiros, não entrou praticamente ninguém, de forma que quando terminar essa onda de policiais antigos, quando policiais pararem de ir para a reserva, também vai ficar lá dez anos, 12 anos com muita pouca gente se aposentando.

Portanto, se continuar essa política de contratação de mil policiais por ano ao longo de dez anos, passaremos os primeiros cinco anos correndo atrás do prejuízo, e os cinco anos seguintes vamos sim começar a recuperar efetivo e ter condições de dar respostas efetivas para o problema de segurança pública.

Então, era essa a possibilidade que estávamos elogiando, essa política do governo de contratação de investimentos, de mobilidade funcional. Quanto à anistia, sim, sempre seremos gratos evidentemente, mais o descongelamento da carreira dos policiais e bombeiros militares.

Agora, a ordem do palácio é não gastar nada, cancelar cursos que já estavam com data marcada para começar. E se isso prevalecer, evidentemente que o governo, nos anos de 2013 e 2014, não vai contratar ninguém para o serviço de segurança pública. E aí começaremos a voltar para o prejuízo, começaremos a ter um decréscimo de efetivos, porque a quantidade que vai para a reserva é muito grande, e vai justamente para a reserva porque perde a expectativa de crescimento na carreira, porque há outras contrainformações, aquela informação de bastidores de que outros cortes de direito virão para a segurança pública. Com isso o pessoal vai acabar aumentando a quantidade de pedidos de reserva nos próximos

meses ainda deste ano, o que havia diminuído em registros anteriores.

Estamos fazendo esse discurso, e alguém pode imaginar que o deputado Sargento Amauri Soares está aproveitando a oportunidade para fazer crítica, porque ele gosta de ser oposição e gosta de criticar. Pelo contrário, gostaríamos de ter muitos motivos para continuar falando bem, elogiando a política de governo na área de segurança pública. Mas, infelizmente, parece que os elogios que fizemos até agora estão fazendo queimar a língua, deputado Dirceu Dresch, porque a ordem agora é assim: se custar dinheiro respirar, não respira. Portanto, vamos começar a perder novamente a expectativa de melhorar a segurança no estado.

Não estou fazendo este discurso porque gosto, porque estou achando motivo para fazer oposição. É com tristeza, com lamento, porque estávamos efetivamente numa expectativa de otimismo. Estou fazendo este discurso inclusive para alertar em pessoa o governador que os números gelados do grupo gestor não podem ser tudo na administração de um estado, não podem determinar o miolo, o coração da política de um governo de estado.

Os serviços essenciais também na saúde, na educação, na assistência social, na assistência técnica aos agricultores não podem sofrer prejuízo, não podem ser balizados por uma conta do governo do estado que não pode mexer lá no quinhão de aliados políticos das SDRs! Então, vamos mexer aonde? No Fundo Social. Não pode, governador! Não pode ser dessa forma!

A miséria que vai conseguir economizar na Segurança Pública mandando congelar a carreira novamente foi descongelada mês passado, foi descongelada há nove meses. A miséria que vai economizar mandando congelar de novo a carreira nas instituições militares do estado com certeza não se compara nem de longe aos enormes prejuízos para a sociedade em termos de perda da segurança...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta tarde, do professor Gilmar de Almeida Gomes, da Udesc de Pinhalzinho, coordenador de curso, que nos está prestigiando com a sua presença.

Estamos conversando com ele sobre a instalação do laboratório de análise de leite na universidade daquele município.

Então, quero agradecer a presença do professor na Assembleia, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, na verdade vou usar a maior parte do meu tempo da tribuna para falar sobre um tempo muito caro às mulheres, que é a conferência da ONU sobre os direitos da mulher, que aconteceu em Beijing no dia de hoje, em 1995. Mas antes quero fazer uma pequena reflexão partilhada com o deputado Joares Ponticelli, do tema que trouxe hoje sobre o sistema político brasileiro, pois quem defende a democracia, quem defende o fortalecimento das instituições democráticas em nosso país precisa debruçar-se muito sobre esse tema. E quero parabenizá-lo, deputado, pela pauta que trouxe, mostrando a tragédia que é para a democracia brasileira ano sim ano não termos outro processo eleitoral. Isso de fato torna o próprio ambiente político muito instável, permeável por desejos de construção de bases e de construção de política futura. E compartilho da convicção do deputado Joares Ponticelli que precisamos refletir melhor sobre isso e avançar para eleições gerais e também defendo que seja de vereador a presidente, num único processo eleitoral, que é caro para o país sobre vários aspectos, inclusive caro no uso da estrutura da Justiça eleitoral e também no que

custa ao país, no sentido do que deixa de ser feito no ano eleitoral em função das restrições necessárias constantes na lei eleitoral.

Quero agregar outro ponto, além desse que o deputado Joares Ponticelli mencionou, que é a questão do financiamento público de campanha. Enquanto convivermos com um ambiente político que precise do dinheiro privado para fazer a campanha, não teremos independência na nossa campanha.

Jovens que estão aqui presentes, vocês que estarão logo administrando este país, é preciso que possamos construir uma legislação que autorize financiamento público de campanha, pois elas estão cada vez mais profissionalizadas, cada vez mais dependentes de estruturas econômicas. E permitirmos que interesses privados financiem as campanhas será sempre um dano à democracia. A reforma política que o povo brasileiro espera inclui certamente termos períodos mais longos entre uma eleição e outra, ou seja, eleições gerais, talvez com mandatos maiores ou menores, apontando para o futuro. Não precisa ser logo, mas precisamos rumar para isso. Mas o financiamento público de campanha é parte estrutural de um país que queremos ver, ou seja, com mandatos independentes.

Muitas vezes no Brasil temos criticado amargamente a classe política, com muita razão, mas esquecemos de uma questão muito básica: no nosso país só tem mandato quem ganhou voto. Portanto, somos nós, o povo, que determinamos quem serão os detentores de mandato no Brasil. É preciso que assumamos também a responsabilidade de construção da democracia, portanto, da construção de um futuro melhor para o Brasil.

Mas como falei no início, gostaria de mencionar hoje a conferência da ONU sobre os direitos humanos, que foi aberta em 1995, no dia de hoje, em Pequim, na China, chamada de Conferência de Beijing, que reuniu 35 mil mulheres de 185 países diferentes. Foi um marco na luta pelo direito das mulheres, especialmente na discussão do empoderamento feminino no combate à

violência, na ampliação do respeito aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

Sobre esse viés, gostaria de mencionar algumas características. Mesmo tão distanciados do tempo que estamos de 1995, os desafios que as mulheres ainda enfrentam no mundo todo são grandes. As mulheres são 2/3 dos analfabetos do mundo; são 2/3 dos miseráveis do mundo e detêm apenas 8% da titularidade de toda a riqueza do planeta. Nós que somos a metade do planeta detemos apenas 8% das riquezas, a outra metade detêm 92% das riquezas do mundo todo.

Portanto, pensar política pública voltada ao fortalecimento das mulheres não é apenas uma política Marisa, de mulher para mulher, como diz a propaganda, ao contrário, é de pensar em alternativas, em estratégias para superarmos as desigualdades entre homens e mulheres, para construirmos um futuro mais justo e mais fraterno.

Não tenho dúvida de que esses sentimentos que são tidos como tipicamente femininos, e que por isso foram relegados a um segundo plano, como a compaixão, a solidariedade, a empatia, a capacidade de olhar para o outro de forma fraternal e afetuosa, como se fosse um filho, esses valores hão de fundar uma nova sociedade que se preocupe com todos os filhos e filhas e que um filho fora da creche seja tão importante quanto qualquer filho fora da creche; que um filho com fome seja tão importante quanto qualquer filho com fome e não apenas aqueles que trazemos ao mundo.

As mulheres precisam adquirir mais protagonismo político para disputar os orçamentos. E disputando os espaços públicos de poder, as mulheres poderão disputar o poder efetivo, o poder real.

Vejam os senhores que, não por acaso, Santa Catarina é o estado que tem a pior representação política de mulheres em nosso país, mas, com tanto orgulho, ostentamos o título de um estado com qualidade de vida, temos IDHs extraordinários em relação ao Brasil, mas mesmo assim, para as mulheres temos uma situação excepcional em relação ao resto do país. Vivemos num lugar onde as

mulheres têm a maior desigualdade salarial em relação aos homens, particularmente as mulheres negras, que vivem ainda mais confrontos no seu dia a dia com o preconceito. As mulheres negras chegam a receber 60% a menos do que recebem os homens brancos aqui no nosso estado, e não é um dado menor o fato de aqui em Santa Catarina as mulheres terem pouca participação política.

O Brasil é o terceiro pior país do mundo na participação política de mulheres. Portanto, vivemos num dos lugares do planeta onde as mulheres estão mais fora do poder político, não por acaso tomo aqui a capital dos catarinenses como exemplo, porque em quase 300 anos de existência da Câmara de Vereadores fui a 7ª mulher vereadora da história de Florianópolis e, para minha tristeza, depois de mim nenhuma outra foi eleita vereadora. E quando iniciei na Câmara de Vereadores não havia na legislatura anterior nenhuma mulher de tal forma que, não existia nem banheiro às mulheres, porque era um ambiente obsoleto.

Esse empoderamento feminino, necessário, absolutamente urgente que precisamos vivenciar, tem no Brasil agora um reflexo muito positivo que é a liderança da presidente Dilma Rousseff, que reuniu no seu ministério nada mais, nada menos, que dez mulheres, e não se trata de ministérios de segunda linha, mas de grande protagonismo, como a Mirian Belchior, no Planejamento; a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; e a própria Ideli Salvatti, na secretaria de Relações Institucionais.

Esse papel que a presidenta capitaneia, mas que é formado por muitas outras mulheres dentro do governo, torna este momento muito especial para as mulheres, para avançarmos em participação política com a possibilidade de intervir na construção de políticas públicas e construirmos um lugar melhor para o nosso Brasil, para o nosso estado, municípios e, por que não, para o mundo inteiro.

Mas mesmo nos dias de hoje em que vivemos este grande momento no Brasil, as mulheres continuam sendo vítimas de violência apenas porque são

mulheres. O nosso Brasil ainda ostenta índices alarmantes e inaceitáveis no que se refere a pessoas que são vítimas de violência apenas porque são mulheres. Alguns consideram a mulher uma possibilidade menor de ser humano e apenas por isso as agridem, violentam-nas, espancam-nas e até as matam.

Construir políticas públicas não significa apenas olhar às mulheres, mas para o nosso futuro, temos, por exemplo, que pensar nas creches, que não é um problema das mulheres, é um problema da sociedade, mas elas sentem com mais crueldade nas suas vidas a privação desses serviços.

Por isso, como servidora pública, compreendo que é o servidor público que realiza as políticas públicas, e quero fazer menção à Conferência de Beijing e à necessidade, ainda, das mulheres de implementar políticas públicas para o nosso empoderamento, mas, principalmente, pela possibilidade de construir um futuro mais justo e mais fraterno.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero trazer a esta tribuna nesta tarde um assunto que para nós é de grande importância, que é a agregação de valor, o grande movimento no nosso estado de pequenas agroindústrias familiares que contribuem muito com o desenvolvimento do nosso estado, oferecendo à sociedade catarinense um alimento, acima de tudo, saudável, diferenciado e que tem uma forte raiz cultural nas nossas famílias, inclusive, para as gerações passadas que vêm da Europa, agregando valor, produzindo um alimento diferenciado, com alta qualidade de vida e também de renda, gerando empregos e mantendo os nossos agricultores, os nossos jovens no meio rural catarinense. Nós vimos há meses tratando desse tema e trabalhando para a realização de uma audiência pública. Conseguimos fazê-la na segunda-feira passada, dia 27. Deputado José Milton

Scheffer, quero agradecer à comissão pelo apoio recebido.

Foi uma audiência pública que lotou totalmente a Câmara de Vereadores de Chapecó, o que demonstrou o grande interesse que os nossos agricultores e as nossas pequenas agroindústrias têm nesse tema.

Está aqui o professor Gilmar e estamos trabalhando para ter um laboratório completo de análise de alimentos e de produção de novos alimentos na cidade de Pinhalzinho, no curso de Engenharia de Alimentos.

Temos uma possibilidade extraordinária no nosso estado, porque é muito grande o potencial e o conhecimento histórico e cultural das nossas famílias de agricultores e agricultoras de agregar valor a algum produto, seja no açúcar mascavo, um produto extremamente saudável e que é importante as pessoas consumirem. Há também a questão de embutidos, seja de carnes e outros produtos. E agora estão surgindo inúmeras experiências de agregação de valor de produtos hortifrutigranjeiros, e assim por diante.

Então, essa audiência pública produziu um grande debate e no final foi encaminhado um grupo de trabalho que agora, sim, vai reunir permanentemente, deputado José Milton Scheffer, as diversas organizações dos agricultores. Estavam lá presentes as universidades federal e estadual, as universidades comunitárias, a UnoChapecó e outras, e a Epagri. Infelizmente, a secretaria da Agricultura e a Cidasc não estavam presentes, mas estavam lá a Epagri e a secretaria da Fazenda do estado representada e debatendo esse tema.

Na ocasião estavam em debate basicamente dois grandes temas. Um deles é a questão dos impostos que essas agroindústrias pagam e que em muitos casos chega a 17% do ICMS. Temos, por exemplo, um programa do Prodec e outros programas para grandes empresas, mas não temos um programa estadual de incentivo a essa nossa pequena agroindústria familiar.

Outro tema, lamentavelmente, é a questão das taxas cobradas agora com a terceirização do

serviço da Cidasc. Ao invés de o estado apoiar essas iniciativas e ter a Cidasc a disposição, porque essas entidades geram desenvolvimento para os municípios, em especial os pequenos municípios que não têm perspectiva de trazer uma grande indústria, e poderia ter dezenas de pequenas indústrias...

É uma questão contraditória, deputado Manoel Mota, porque o programa SC Rural incentiva a agregação de valor, deputado Nilson Gonçalves. E por outro lado o estado precisa criar mecanismos para depois dar condições de essas pequenas agroindústrias sobreviverem, porque senão muitas delas nascem, são constituídas e em pouco tempo acabam morrendo porque não têm condições de competir com grandes grupos econômicos. Primeiro porque têm um produto diferenciado e, segundo, porque trabalham mais com o mercado local e regional nesses produtos.

Então, o debate foi muito positivo e a expectativa é criar uma perspectiva de um grande debate sobre isso, continuar essa discussão e nós termos uma política séria e coerente de incentivo às nossas pequenas unidades de agregação de valor. Se em Santa Catarina há três ou quatro mil, hoje, com certeza poderemos chegar a ter oito ou dez mil pequenas unidades de agregação de valor logo, logo. E não queremos um produto clandestino que não esteja dentro da legalidade. Hoje, infelizmente, a cada instante são apreendidos produtos, e "em tese", entre aspas, fala-se em produto clandestino porque o agricultor acaba não conseguindo legalizar o processo, que é muito duro, muito difícil e muito custoso, dentro das regras que estão colocadas.

Então, ou se cria uma política de incentivo, de apoio como política, ou vamos continuar vendo agricultores que têm um sonho de ter uma unidade de agregação de valores para sua família ter um espaço de trabalho, seus filhos poder continuar lá ajudando o município a gerar renda, acabam decepcionando-se e muitos deles depois abandonando o meio rural e indo para a cidade trabalhar de empregado, porque o negócio acaba não dando certo.

Então, foi muito positivo esse debate, e a Assembleia Legislativa, através da nossa comissão de Economia, vai acompanhar. Logo, vamos discutir a representação da comissão nesse grupo de trabalho que vai se reunir permanentemente agora para elaborar propostas. E é claro, quero pedir o apoio dos demais deputados para podermos aprovar projetos que diz respeito à agregação de valores.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Concedo um aparte ao nosso presidente da comissão, que esteve dando apoio ao nosso trabalho, a essa comissão e à audiência pública realizada em Chapecó.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Dirceu Dresch, sempre atuante também na defesa da agricultura, quero cumprimentar v.exa. pelo trabalho, pela audiência, pelo seu pronunciamento e somar aqui ao seu pronunciamento esse desabafo sobre a questão da agricultura e dos nossos pequenos agricultores que a cada momento são penalizados com mais obrigações, com taxações, com mais dificuldades, quando o momento que a sociedade, que a agricultura exige é de apoio à agricultura familiar, no sentido de fortalecê-la para se enquadrar nessa economia que está em fase de adequação.

O meio rural está perdendo gente a cada ano, e as dificuldades surgem cada vez mais. São as questões de legislação ambiental que o agricultor tem que dar a volta, são as questões financeiras, são dificuldades, enfim, não encontram parceria no poder público suficiente que os incentivem.

Por isso, há necessidade de esta Casa, de os governos estaduais, municipais e federais terem uma política pública diferenciada para a agregação de valor no meio rural, para o apoio aos pequenos empreendedores, no sentido de se criar oportunidades de melhorar a renda no campo, senão, sairá todo mundo da agricultura e virão criar problemas nas cidades.

Por isso, cumprimento v.exa. pela iniciativa, pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero terminar o meu pronunciamento dizendo ao secretário João Rodrigues, ao governador Raimundo Colombo, que o SC Rural só terá sentido se vier junto uma política de incentivo, depois que a pequena agroindústria está criada. E não tenho dúvidas disso; senão, estamos fazendo discurso e jogando dinheiro fora, porque não adianta fazer um investimento numa pequena agroindústria, se depois a Cidasc não prestar o serviço adequado e gratuito às famílias principalmente nos primeiros anos. Podemos discutir um período que esse serviço vai ser prestado, mas ele precisa ser feito. Além disso, é preciso discutir a redução da carga tributária, dos impostos, principalmente estaduais, pois o grosso do imposto é a questão do ICMS.

Então, era isso que eu queria deixar registrado nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Inscrito o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos. Ele que acaba de assinar um requerimento para a criação da frente parlamentar da saúde catarinense.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam na tarde de hoje o Parlamento catarinense, estudantes que com certeza estão ali prestando muito atenção, porque serão eles que estarão aqui no nosso lugar daqui a pouco, e aguardaremos com certeza por isso, quero aqui falar sobre algumas questões que entendo fundamentais.

Deputado Dirceu Dresch, estive em Brasília e acho que tomaram uma medida impensada, fazendo com que quem planta fumo não possa ter financiamento para a agricultura familiar.

Isso é um pecado, é um erro, é uma estupidez, é uma falta de entendimento. É não conhecer o que é produto, trabalho e luta daqueles que produzem a riqueza deste país.

Vejam bem, um hectare de feijão produz em torno de R\$ 2,5 mil por mês. Um hectare de milho é mais ou menos isso aí. Um hectare de fumo produz R\$ 14 mil. Então, o agricultor não vai deixar de complementar a sua renda familiar porque tem que ser ou plantar aquilo que o governo entende que é o que se quer.

Acho que nós vivemos num regime democrático e precisamos dar condições.

Não fumo, mas defendo o fumicultor que está produzindo com quatro, cinco hectares de terra, que está plantando fumo para ter alternativas como colocar o seu filho para estudar, ter a sua casa, ter o seu carrinho, enfim, sobreviver. E se ele não plantar, parar de agregar esse valor de R\$ 14 mil, vai vender o terreno, vai para a cidade, com uma mão de obra não qualificada, e aí? Quem é o responsável? Então, é preciso olhar essa questão muito seriamente.

Estivemos, o pessoal do Rio Grande do Sul, e eu, com o presidente da comissão de Agricultura, e bati muito forte. O vice-presidente Michel Temmer assumiu o compromisso de poder reverter essa questão, e acredito que vamos conseguir, sim, e que a agricultura familiar possa ser financiada também para aqueles que plantam fumo no Brasil.

Na mesma viagem estivemos no Ibama. Temos uma obra, que é a serra do Faxinal. Todo mundo conhece, são oito quilômetros já realizados, pavimentados, e faltam sete, pois uma promotora pública federal entrou com uma ação contra a obra porque tinha ali dois casais de perereca, e isso seria problema.

Acontece que hoje descobriram que tem milhões de pererecas naquela região, e a obra está há quatro anos parada. O dinheiro do BID está depositado. E quem é que perde? É a população.

Essa obra liga Canela, Gramado, Caxias do Sul. É uma obra fundamental para o turismo da região; é Santa Catarina tendo acesso mais fácil àquela região, e é o norte do estado também acessando mais facilmente Santa Catarina.

Estivemos no Ibama para tratar a questão da 285, que liga Araranguá, sobe a serra da Rocinha,

passa por São José dos Ausentes, Bom Jesus e vai até a divisa da Argentina. Só faltam 25 quilômetros que estão ali na nossa divisa, para ligar Uruguai, Paraguai e Argentina, chegando em Santa Catarina. Então, toda soja do Rio Grande do Sul vai para o porto de Imbituba. Agora, é preciso que o Ibama resolva, pois já faz cinco anos, tem o recurso alocado, está no PAC, está tudo resolvido. O que é que falta? Falta a licença ambiental.

Há 29 anos que este que voz fala vem trabalhando seriamente, com muita luta, muito trabalho, muita garra, muita lealdade, pelo povo e pela região sul do estado. Agora temos o dinheiro para realizar e não temos a licença ambiental.

Assumi um novo presidente do Ibama, que disse que em torno de 30 dias a serra do Faxinal, que é a Cidade dos Cânions, Praia Grande, teria a licença, e falou que em 45 dias daria a licença da 285.

Então, realmente nos enche de esperança, pois são 29 anos de trabalho. E é em cima disso que se trabalha, ou seja, manter a esperança para as coisas acontecerem. Parece-me que agora isso irá acontecer. E se não fosse somente isso, Araranguá, o sul de Santa Catarina, ganhou R\$ 28 milhões por duas vezes do governo federal para fazer a fixação da barra do rio Araranguá. E por que não está acontecendo? Novamente por motivo da licença ambiental.

A prefeitura já fazia uns meses que não ia a Brasília, até o Ibama. Então, aproveitei esse trabalho e também fiz uma visita com esse mesmo sentido. E o presidente do Ibama disse que irá trabalhar em duas audiências públicas agora em setembro. Evidentemente que perguntei a ele que se a audiência pública tiver que mudar a posição da barra o Ibama concorda. "Não", ele respondeu, "nós não concordamos, terá que ser feito ali onde tem o projeto de engenharia, o projeto técnico." Já fizeram uma audiência pública. Mas se não irão mudar, para que fazê-la? Então executa a licença para que possam iniciar os trabalhos de licitação da barra do rio Araranguá.

Assim, é dentro dessa linha que vimos trabalhando, buscando resultados que são fundamentais, fazendo com que o sul de Santa Catarina, que é a segunda região mais pobre, passe a ter crescimento e desenvolvimento.

Hoje, lutamos e lutamos. Temos aí uma BR-101 quase concluída; no mês de setembro teremos o aeroporto de Jaguaruna; lutamos e vamos ter o porto de Imbituba. Então, esse tripé é o do desenvolvimento.

Eu espero que este Parlamento seja o grande parceiro para conseguirmos recursos suficientes para a Interpraias, ligando a Estrada do Mar, no Rio Grande do Sul, até Laguna, como primeira etapa, com o resgate dessa cidade histórica.

Penso que é preciso trabalhar muito, se juntar toda uma frente parlamentar. Eu criei uma frente parlamentar em defesa da Interpraias, da qual fazem parte todos os partidos, para que possamos colher uma decisão em defesa do sul do estado, daquela população que espera muito deste Parlamento. Até porque o povo elege um político não é porque é bonito, feio, porque tem bastante cabelo ou pouco; o povo elege um político para buscar resultados, e quando isso não acontece é mais um que passou em branco e não deixou história.

Tenho a honra de ter 30 anos de vida pública, são seis mandatos nesta Casa, com trabalho, dedicação, responsabilidade e lealdade ao povo e à região. É esse espírito que norteia a minha vida, o meu dia a dia: buscar resultados para desenvolver o estado, gerar emprego e renda para melhorar a qualidade de vida do povo, que é o grande compromisso que temos com Santa Catarina.

Por isso, sr. presidente, esperamos que se possam colher grandes resultados não somente para o sul do estado, mas para toda Santa Catarina que espera de nós muito trabalho e responsabilidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Este foi o deputado Manoel Mota que irá fazer 24 anos de trabalho nesta Casa, no seu sexto mandato,

e mais seis anos como prefeito, totalizando 30 anos de vida pública. Parabéns, deputado!

Antes de encerrarmos a presente sessão, agradecemos a presença dos alunos do Programa Educação para a Cidadania, da Escola do Legislativo. Um grande abraço a todos vocês e muito obrigado pela presença aqui.

Queremos agradecer também ao pessoal que deu assessoria à Mesa Diretora para que pudéssemos desenvolver as atividades do dia de hoje, ao pessoal da Polícia Militar que nos deu a devida segurança, ao pessoal que trabalhou no plenário, ao pessoal da imprensa que todo o dia está aqui acompanhando também os trabalhos da Assembleia, aos nossos queridos Moacir Pereira e Paulo Alceu, ao pessoal da TVAL e a você telespectador que acompanhou os trabalhos da Casa.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 40 anos de fundação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas.

Está encerrada a sessão.